

## **Gestão territorial e a sustentabilidade de um quilombo: mudanças, estratégias de enfrentamento, ressignificações**

**Amilton Pereira dos Santos**

Universidade Federal do Sul da Bahia

**Carlídia Pereira de Almeida**

Universidade Federal do Sul da Bahia

**Michelle Oliveira de Matos**

Universidade Federal do Sul da Bahia

**Valéria Pôrto dos Santos**

Universidade de Brasília

### **RESUMO**

Este estudo tem o objetivo de perceber como o Quilombo Pau d'Arco e Parateca faz a gestão territorial levando em consideração a sustentabilidade sem perder de vista as mudanças necessárias, as lutas, as estratégias de enfrentamentos e resistências. Para isso, utilizamos a abordagem qualitativa e para coleta de dados realizamos entrevista e roda de conversa com os mestres e mestras locais. O quilombo em análise faz parte do município de Malhada, localizado na região sudoeste do estado da Bahia e integra o Território da Cidadania Velho Chico. Também busca-se por meio deste estudo visibilizar uma comunidade quilombola e seus sujeitos sociais, pois entendemos que o território é um guardião de conhecimentos e de relações ancestrais importantes para a sobrevivência humana. Para isso, realizamos rodas de conversa com homens e mulheres que não somente são moradores/as da comunidade em questão, mas são também guardiões em relação aos saberes repassados. Concluiu-se assim, que o legado de resistência e organização apresentado pelo Quilombo Pau d'Arco e Parateca é uma inspiração para as gerações futuras, mostrando a importância de valorizar e proteger as terras e tradições ancestrais. Deste modo, a luta pelo território e pelo direito à pesca é um reflexo da determinação e do compromisso desta comunidade em defender o que é dela por direito. Faz-se necessário dizer ainda, que este estudo é parte de uma pesquisa mais ampla, realizada por Valéria Pôrto dos Santos, pelo Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), da Universidade de Brasília (UnB), tendo como título A dinâmica do sistema agroextrativista do quilombo Pau d'Arco e Parateca – Malhada/BA: apontamentos para a gestão territorial e a sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Quilombo; Processos de territorialização; Gestão territorial; Resistência; Ressignificações.

## **La gestión territorial y la sostenibilidad de un quilombo: cambios, estrategias de afrontamiento, resignificaciones**

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo comprender cómo el Quilombo Pau d'Arco e Parateca lleva a cabo una gestión territorial teniendo en cuenta la sostenibilidad sin perder de vista los cambios, las luchas, las estrategias de afrontamiento y las resistencias necesarias. Para ello, utilizamos un enfoque cualitativo y, para recopilar



datos, realizamos entrevistas y conversaciones con maestros locales. El quilombo en estudio forma parte del municipio de Malhada, ubicado en la región suroeste del estado de Bahía y forma parte del Territorio de Cidadanía Velho Chico. Este trabajo también busca visibilizar una comunidad quilombola y sus sujetos sociales, entendiendo que el territorio es guardián de conocimientos y relaciones ancestrales importantes para la supervivencia humana. Para ello, realizamos círculos de conversación con hombres y mujeres que no sólo son residentes de la comunidad en cuestión, sino también guardianes del conocimiento transmitido. Por lo tanto, se concluyó que el legado de resistencia y organización presentado por el Quilombo Pau d'Arco y Parateca es una inspiración para las generaciones futuras, mostrando la importancia de valorar y proteger las tierras y tradiciones ancestrales. De esta manera, la lucha por el territorio y el derecho a pescar es un reflejo de la determinación y el compromiso de esta comunidad para defender lo que por derecho les pertenece. También es necesario decir que este estudio forma parte de una investigación más amplia, realizada por Valéria Pôrto dos Santos, por el Programa de Postgrado en Sostenibilidad en Pueblos y Territorios Tradicionales (MESPT), de la Universidad de Brasília (UnB), con el título La dinámica del sistema agroextractivo del quilombo Pau d'Arco y Parateca – Malhada/BA: apuntes para la gestión territorial y la sostenibilidad. *Palabras clave: Quilombo; Procesos de territorialización; Gestión territorial; Resistencia; Resignificaciones.*

### **Territorial management and the sustainability of a quilombo: changes, coping strategies, resignifications**

*The aim of this article is to understand how the Pau d'Arco and Parateca Quilombo carries out territorial management, taking sustainability into account without losing the necessary changes, struggles, coping strategies and resistance. To do this, we used a qualitative approach and, to collect data, we conducted interviews and conversations with local masters. The quilombo under study belongs to Malhada municipality, located in the southwestern region of Bahia State and is part of Velho Chico Citizenship Territory. This work also seeks to make a quilombola community and its social subjects visible, as we understand that the territory is a guardian of ancestral knowledge and relationships that are important for human survival. To this end, we held discussions with men and women who not only live in the community, but are also custodians of the local knowledge. We concluded that the legacy of resistance and organization presented by the Pau d'Arco and Parateca Quilombo is an inspiration for future generations, showing the importance of valuing and protecting ancestral lands and traditions. Therefore, the struggle for territory and the right to fish is a reflection of the determination and commitment of this community to defend what is rightfully theirs. It is also necessary to say that this study is part of a broader research, carried out by Valéria Pôrto dos Santos, by the Postgraduate Program in Sustainability Along Traditional Peoples and Territories (MESPT), at the University of Brasília (UNB), with the title The dynamics of the agroextractive system of the quilombo Pau d'Arco and Parateca – Malhada/BA: notes for territorial management and sustainability.*

*Keywords: Quilombo, Territorialization processes, Territorial management, Resistance, Resignifications.*



## O QUILOMBO PAU D'ARCO E PARATECA: DIMENSÃO TERRITORIAL E ALGUNS INDICATIVOS DA PESQUISA

O presente estudo foi realizado no Quilombo Pau d'Arco e Parateca (figura 01), município de Malhada, estado da Bahia, que faz parte do Território da Cidadania Velho Chico, por sua vez inserido na região econômica do Médio São Francisco. A cidade de Malhada, localizada na região sudoeste da Bahia, recebeu este nome devido à presença de gado no lugar, gado este conhecido como “malhador”, ou seja, o rebanho tinha o local como um lugar de descanso. O município de Malhada pertencia ao território de Carinhanha, município onde viviam os indígenas caiapós.

O Território Quilombola Pau D'Arco e Parateca insere-se na história de ocupação da região do Vale do São Francisco, no final do século XVII, em que ocorreram combates contra negros e indígenas nas capitanias de Pernambuco e Ceará, episódios em que se destacou o bandeirante Matias Cardoso e por esse feito ele recebeu como prêmio da Coroa Portuguesa a primeira sesmaria da região.

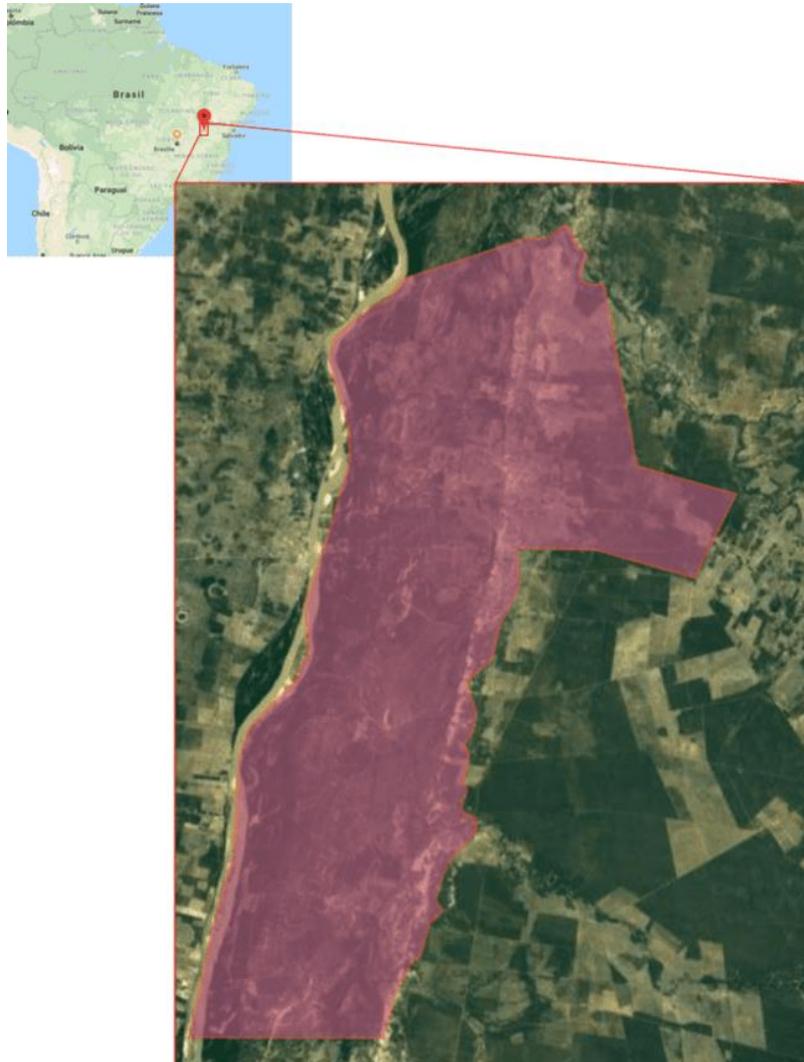
O Quilombo Pau D'arco e Parateca é um território situado à margem direita do Rio São Francisco, numa área de transição caatinga/cerrado, com predominância de caatinga. De acordo com o parecer da equipe técnica da Fundação Cultural Palmares, esse território foi reconhecido como um quilombo rural em 27 de julho de 1988, portaria nº 06, publicada em Diário Oficial da União de nº 154, de 13 de agosto do mesmo ano (Guedes, 2000), e certificada junto a Fundação Cultural Palmares, sendo publicado no Diário Oficial da União em 10 de dezembro de 2004, para fins de demarcação e titulação das terras imemorialmente ocupadas pelos moradores (Incra, 2006).

É importante enfatizar, que esse reconhecimento se deu como consequência de uma luta que vem sendo travada desde a formação desse território por volta do século XVII. Na contemporaneidade, reflete a autoafirmação dos próprios quilombolas através de reuniões, nas quais tiveram informação e formação. Portanto, a definição e reconhecimento enquanto terra de quilombo veio devido ao reconhecimento histórico trazido pela própria população.

O quilombo é composto de várias comunidades, somando aproximadamente 800 famílias, o território tem uma abrangência de 42 mil hectares. De todas as comunidades, as maiores são Pau D'arco e Parateca, com uma distância de 3 km uma da outra. A localização dessas comunidades está diretamente vinculada à lógica da resistência secular desenvolvida pelas comunidades tradicionais quilombolas na Região do Médio São Francisco. Da resistência organizada ao auto reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, as populações quilombolas da região buscam garantir a historicidade da ocupação e reivindicar o reconhecimento da propriedade da terra de suas comunidades.



Figura 1: Localização e limites do quilombo Pau d'Arco e Parateca.



Fonte: SEPPIR, 2019 (<https://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pbq/mapas.vm?type=quilombola&id=192>)

Sendo assim, esse estudo parte do princípio de que a dimensão territorial envolve diferentes elementos de cunho político, social, cultural, econômico, religioso, entre outros. No caso das comunidades tradicionais, especificamente as comunidades quilombolas, o território é o espaço de identidade, resistência e cultura de um povo. Configuram-se, nesse sentido, como lugares marcados por trajetórias de lutas que, na maioria das vezes, são muito parecidas, porém, cada uma apresenta características próprias nos modos de vida, com forte presença de saberes e fazeres repassados de geração a geração.

As comunidades quilombolas têm suas especificidades caracterizadas pelo uso da terra e pelas práticas culturais de seus integrantes, que são elementos definidores de sua identidade étnica. Partindo dessa premissa, de acordo com Santos (2017, p. 125), as comunidades quilombolas têm uma “forma específica de território, qual seja, o território étnico quilombola, definido por e a partir dos grupos, estando fundamentado no critério da autoatribuição”. Para o



autor, esse posicionamento resulta na identificação dos territórios e das múltiplas territorialidades nas suas especificidades e singularidades de cada grupo.

Leite (1991, apud Oliveira, 2019, p. 41-42), referindo aos quilombos como territórios negros, diz que o território “é o espaço apropriado culturalmente, que inscreve limites de tudo o que representa e expressa noções de pertencimento”. Dessa forma, o território é entendido como identidade cultural é “o que torna visível o grupo na dimensão espaço/tempo, indicando a universalidade na diversidade”.

Sendo assim, nossa percepção de território vai muito além de um lugar para habitar e produzir, está relacionado ao uso comum da terra com estratégias de produção e subsistência coletivas, baseado em relações de sociabilidade e cooperação. “Assim, pensamos o território como a expressão das totalidades das relações históricas e sociais dos grupos analisados” (Santos, 2017, p. 128).

Com isso queremos dizer, que ao realizarmos o estudo no Quilombo Pau d’Arco e Parateca temos certo que o mesmo envolve particularidades não somente nos modos de vida cotidiana, mas na sua capacidade de se organizar territorialmente ao longo dos tempos, por isso uma questão que nos indaga é: Como o Quilombo Pau d’Arco e Parateca faz a gestão territorial levando em consideração a sustentabilidade sem perder de vista as mudanças necessárias, as lutas, as estratégias de enfrentamentos e resistências?

Diante dessa indagação, esse estudo tem como pretensão visibilizar uma comunidade quilombola e seus sujeitos sociais, pois entendemos que o território é um guardião de conhecimentos e de relações ancestrais importantes para a sobrevivência humana. Nesse sentido, para o desenvolvimento desta pesquisa optamos pela abordagem qualitativa por nos proporcionar estabelecermos estratégias a partir das nossas vivências diárias na comunidade e, principalmente, da disponibilidade das pessoas em participarem das rodas de conversa que aconteceram no lócus de trabalho de cada um/a. Para o registro dos dados utilizamos como instrumentos, cadernos de campo e aparelho de celular. É importante dizer, que tivemos um total de seis rodas de conversa, para isso tivemos o envolvimento de homens e mulheres que não somente são moradores/as da comunidade em questão, mas são também guardiões em relação aos saberes repassados.

## **DA LUTA PELO DIREITO DE PESCAR A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO; PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO QUILOMBO PAU D’ARCO E PARATECA**

A luta pelo território das comunidades quilombolas de Pau D’arco e Parateca teve início nos anos 90, quando os fazendeiros começaram a proibir os moradores de pescar e plantar em áreas consideradas suas, tanto nas regiões secas da Caatinga como nas margens dos rios. Foi na comunidade de Pau d’Arco que essa batalha começou, inicialmente focada na garantia do acesso às lagoas e à pesca, e posteriormente se estendeu para a reivindicação de todo o território.

Diante da impossibilidade da pesca e do plantio, os/as moradores/as dessas comunidades decidem se reunir na comunidade de Pau D’arco para juntos buscar uma possível solução para o impasse. Como um dos principais encaminhamentos dessa reunião se deu a necessidade de



terem uma organização formal que pudessem representar seus interesses coletivos. Dessa forma, fundou-se em 1996 a Associação Agroextrativista das comunidades quilombolas de Pau D'arco e Parateca, um dos primeiros instrumentos legais para gestão do território no enfrentamento às proibições impostas pelos fazendeiros.

Para além dessa organização formal os/as moradores/as dessas comunidades buscavam outras estratégias para enfrentar as proibições dos latifundiários. Mesmo com o apoio policial e vigilância das lagoas pelos jagunços contratados pelos fazendeiros, os quilombolas pescavam secretamente no período da noite, como pode ser evidenciado no registro a seguir.

O povo ia pescar escondido... foi na época que eles pescando de noite, eles [os vigias dos proprietários] veio lumiaram e conheceram. Era Vandilso, Zé Maria, Domingo de Bernardina e Ramiro. Aí quando passou uns dois dias ou três, a polícia veio atrás deles, com a intimação que era pra se achar lá no Monte Alto e era para cada hora entrar um, pra ir apanhando na prefeitura, na delegacia (Dona Pequena, in memoriam - Pau D'Arco, 2005).

Segundo Santos (2017), os acontecimentos mencionados acima, mobilizou os/as quilombolas em uma grande ocupação da delegacia, além da crescente busca de apoio de organizações, movimentos sociais e parlamentares defensores dos direitos dos trabalhadores. Nesse mesmo período criou-se o escritório da Colônia de Pescadores Z- 59 em Pau D'Arco.

Nessa perspectiva, a partir da luta pelo direito à pesca – a luta pelo peixe – incorpora-se a luta pela terra. A partir daí, embora sejam lutas específicas, estas dimensões se confluem, posto que os dois elementos são essenciais para a reprodução e continuidade do grupo enquanto Comunidade. A luta pelo peixe e pela terra é conduzida pelas mesmas pessoas, haja vista, serem produtores e pescadores (Santos, 2017).

Nos dias atuais, as lagoas continuam tendo um grande significado para os/as quilombolas do território. A lagoa do Pau D'arco, bem como as demais lagoas existentes dentro do território, são utilizadas para a sustentabilidade das famílias no sentido de suprir as necessidades alimentares, mas também na geração de renda com as vendas dos peixes. A formalidade em relação ao período em que a pesca fica aberta é regida pela colônia de pescadores Z 59.

Todas as famílias do território que pescam nas lagoas são sócias da colônia, dão entrada no seguro defeso no final de cada ano. Após essa entrada, ocorre uma parada de quatro meses sem pescaria. Mas às vezes acontece de uma família ou outra adentrar as lagoas e pescarem apenas para o consumo familiar. No período em que a pesca está totalmente aberta geralmente são utilizados barcos (canoas), redes, tarrafas e até pesca de anzol.

Outra coisa bem interessante nesse processo é a diversidade de peixes que existem: mandí, piau, curimatá, traíra, piranha vermelha, piranha branca, cascudo, surubim, caranha, dourado, entre tantos outros. Isso tudo torna essa região muito rica e nos faz analisar como acontece esse processo de gestão territorial a partir das águas.



A resistência dessas comunidades quilombolas, marcada pela luta do direito à pesca e pela garantia de seu território, é um exemplo de determinação e perseverança na defesa de seus direitos e de sua cultura. Essa história de resistência e organização é um legado que continua a inspirar as gerações futuras a valorizarem e protegerem suas terras e tradições.

## **GESTÃO TERRITORIAL E A SUSTENTABILIDADE DE UM QUILOMBO: MUDANÇAS, ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO, RESSIGNIFICAÇÕES.**

Neste tópico, apontamos para as experiências de agricultoras e agricultores do Quilombo Pau D'arco e Parateca que vem se planejando estrategicamente para lidar com as adversidades e continuar garantindo a sustentabilidade de suas famílias. Essas possibilidades se adequam às necessidades de cada um/a para obter os resultados almejados em suas produções.

Visamos também, apontar perspectivas futuras que estabeleçam uma relação positiva com o debate acerca da sustentabilidade, tendo como base, experiências existenciais do passado e do presente, no intuito de construir propostas calçadas em estratégias inovadoras que podem ser consideradas em vários aspectos da vida cotidiana.

O importante a se destacar aqui, é que para todas as dificuldades que surgem, as pessoas dão um jeito de resolver e seguir o curso natural da vida. Esse vai moldando a depender das pessoas e das condições na qual estão dispostas a enfrentar. Sendo assim, ainda é válido destacar, que essas condições também são referentes à distância e isso faz com que alguns agricultores/as construam barracos na beira do rio, a fim de acompanhar de perto o desenvolvimento da lavoura.

Outra coisa que é importante registrar, é que existe produção dentro do quilombo com finalidade comercial. Algumas famílias têm investido em pequenas áreas irrigadas para produção de melancia, milho, entre outras culturas. Ressalta-se também, que o referido quilombo já foi um grande produtor de feijão, sendo cultivado especificamente na época chuvosa. Geralmente, após a colheita, as famílias recebiam a visita do atravessador que comprava as sacas de feijão. Ao destacar essa questão da produção de feijão, evidencia-se o potencial do quilombo para produção destinada ao mercado.

### **Mudança do tempo e das águas**

Uma das alegrias do povo quilombola é a chuva. Se o ano é bom de chuva a fartura na lavoura é garantida. Porém, nos últimos anos estamos vivenciando uma mudança climática bastante significativa. Os agricultores com toda vivência e experiência de vida relatam com sentimento de tristeza quando eles identificam sinais no tempo que o ano não será bom de chuva.

Convém aqui ressaltar a sabedoria dos povos tradicionais, a partir de um sistema de conhecimento “*corpos*”, e com um sistema de crença (*kosmos*), a qual ganha sentido em função da prática (*práxis*), com o qual os mesmos agradam suas necessidades, tanto materiais quanto espirituais (Toledo e Bassols, 2015, p.142).

As variações ocorridas no período chuvoso nessa região, é algo bastante observado pelos



agricultores e agricultoras. Em alguns casos, deixaram para plantar depois das chuvas ocorridas em dezembro, mas não houve a chuva esperada depois deste período: foi pouca ou choveu somente no mês de janeiro. Todas essas possibilidades são hipóteses. Esses fenômenos são chamados pelo povo da comunidade de mudança do tempo. Alguns falam que o tempo mudou e que não é mais possível saber a época certa para plantio. Também relatam que antigamente se perdia lavoura por excesso de chuva e já hoje se perde por falta de chuva, ou porque chove num período passado ao de desenvolvimento da cultura.

Devido à incerteza do período chuvoso, as vezes as famílias já ficam na expectativa, pensando qual seria a estratégia caso as primeiras chuvas não sejam suficientes para vingar a primeira planta. E dessa forma, muitos arriscam uma segunda planta, caso percam a primeira e depois ocorra chuva suficiente para garantir uma segunda tentativa de plantio e colheita.

Por exemplo, enquanto se preparava para as chuvas de final de ano na região aqui descrita, agricultora do quilombo Pau D'arco colhia mantimentos da vazante do Rio São Francisco, onde as terras que margeiam o rio recebem sedimentos argilosos bastante úmidos e férteis, chamados de "lameiro", pois em outubro o sol está muito quente no interior da Bahia e nem sempre as culturas resistem, se não estiverem em local úmido como na vazante ou sendo cultivados em sistemas de irrigação, no caso dos solos secos.

### **Vazão do rio**

Antigamente os mais velhos/velhas do quilombo, apreciavam o reinar de muitas garças, mergulhões e patos d'água. Atualmente, é uma raridade ver algo do tipo. Isso tudo tem a ver com o processo de mudança climática, a indução dos grandes pacotes tecnológicos (agrotóxicos), a chegada de muitos produtos da grande indústria e fatores provocados também por conta de uma série de alterações globais.

Hoje, a lagoa do Pau D'arco se encontra totalmente seca. É possível atravessar andando de um lado para o outro. Barrancos descidos, rasa, ou seja, sem condições de segurar a água apenas em seu curso normal. Os córregos que ajudam no escoamento da água do Rio São Francisco até a lagoa estão precisando de uma recuperação. As margens necessitam passar por um processo de reflorestamento, pois as espécies nativas que ainda permanecem em um lado da margem são: canudo (muito canudo), algodão de seda, fedegoso, entre outras. Já do outro lado da margem é possível encontrar espécies arbóreas, como: Mari, Moquém, juazeiros, quixabeiras e outras.

Em relação ao Rio São Francisco, indicamos que sua vazão, já há um bom tempo, não é suficiente para escoar até as lagoas do território em questão e isso aponta para uma problemática que gera inúmeros entraves, levando as famílias a buscarem alternativas viáveis para manter algumas atividades. Por exemplo, a atividade da pesca acaba se tornando distante, pois as lagoas que estão próximas ao aglomerado de casas não são abastecidas pelo rio, mas com tudo isso as pessoas vão pescar nas lagoas mais distantes tendo em vista que é uma das atividades de subsistência do quilombo.



Assim, segue as reflexões de como vão se dando as estratégias em meio as costuras que tornam fazeres ancestralmente arraigados em um quilombo em práticas e até mesmo técnicas passíveis de inovações no século XXI, em meio ao turbilhão de investidas destinadas a retirada de direitos dos povos e comunidades tradicionais do Brasil.

### Controle alternativo de pragas

A pesquisa evidenciou que o controle alternativo de pragas no quilombo é uma das mais antigas práticas utilizadas por alguns agricultores/as, que encontrou nos recursos naturais em suas propriedades a solução para as pragas que começaram a atacar as lavouras. Por muito tempo, houve a predominância prioritária dessa prática, que foi quase excluída totalmente, devido ao uso dos químicos em toda a região. Isso mostra o quanto é importante uma discussão em torno desse eixo da produção agrícola nessa comunidade remanescente de quilombo. Tendo em vista o histórico dessa população e a diversidade sociocultural que possui.

Dos controles alternativos mais utilizados pelos agricultores/as da comunidade é a casca da peroba. Outro produto bem utilizado é a manipoeira, resultante do processo de prensagem da mandioca para fabricação artesanal de farinha. Já os extratos utilizados são extraídos de plantas como nim (*Azadirachta indica*) e São Caetano (*Momordica charantia*), entre outros. As plantas a serem utilizadas são escolhidas com base em observações: a planta que não apresenta problemas por ataques de pragas é considerada “remédio”, ou seja, pode ser aproveitada na lavoura para controlar tais insetos.

É conveniente ressaltar a importância dessas observações, pois mesmo não sendo comprovados cientificamente, na maioria das vezes, os produtores realizam testes para verificar se a planta realmente tem efeito repelente. Praticamente todos os produtos são encontrados dentro da propriedade, o que possibilita ao produtor fazer o controle com menor custo, e segundo os mesmos, evita possíveis problemas à saúde humana e ao meio ambiente, o que a torna uma alternativa viável, sobretudo economicamente.

As plantas aqui citadas são combinadas a outros produtos, entre outros: fumo, sabão, manipoeira ou mesmo extratos de outras plantas. Averiguou-se que alguns produtores usam extratos naturais, mas também acrescentam produtos químicos, a exemplo da creolina. Isso faz com que deixe de ser orgânico, além de torná-los mais onerosos, devido ao emprego de componentes externos.

No decorrer do desenvolvimento do estudo foi constatado que no território quilombola Pau D’arco e Parateca são empregados tanto uso de produtos químicos, quanto naturais: 71% dos produtores utilizam as duas formas de controle (químico e natural), 26% natural e 3% não utilizam controle. Não foi constatada a utilização de produtos químicos como única forma de controle.

Os resultados desse estudo são semelhantes aos encontrados por Costa e Silva (2011), nas comunidades Quilombola Moça Santa e Coqueiro Campo, no município de Minas Nova-MG, onde os autores identificaram a utilização de diversas receitas de defensivos agroecológicos, muitas vezes com ingredientes que cultivam em suas terras.

Ao contrário, resultados diferentes foram encontrados por Brito et al., (2009), que



constataram que nas Comunidades Quilombolas do Território da Região de Vitória da Conquista-BA, 69 % dos participantes não utilizam nenhum tipo de defensivo. Por sua vez, Pinheiro et al. (2011), estudando problemas e as potencialidades da comunidade Remanescente de Quilombo Serra do Abreu, verificaram que os Quilombolas dessa localidade desconhecem práticas ecológicas para controle de pragas e doenças em plantas, porém expressam interesse em conhecê-las.

Para Gondra e Andrade (2007 apud Souza et al., 2010) às rápidas mudanças sociais e os processos de aculturação econômica e cultural afetam fortemente o conhecimento local sobre o uso dos recursos naturais. Assim surgem as irregularidades ambientais, tornando-se mais difícil a convivência com a natureza e a utilização dos recursos naturais de forma adequada. Para esses autores, problemas decorrentes da perda cultural são irreversíveis, e as possibilidades de se desenvolver sustentavelmente numa região com base na experiência local são reduzidas. Portanto, faz-se necessário o intercâmbio de informações entre a comunidade científica e a comunidade tradicional, a fim de contribuir para promover a sustentabilidade e o resgate do conhecimento tradicional.

### **Apontamentos para a sustentabilidade**

Segundo Ferrari (2018), o termo desenvolvimento sustentável surgiu na Conferência Mundial do Meio Ambiente, a qual foi realizada em Estocolmo, no ano de 1972. Sendo que, esse termo também foi citado em outras Conferências e Tratados sobre Meio Ambiente que sucederam Estocolmo. A ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, se atentou em garantir uma atenção ao termo, citando-o em onze dos vinte e sete princípios elaborados, intitulado-o como princípio. A Constituição Federal contempla o princípio do Desenvolvimento Sustentável em seu artigo 225, especialmente quando nos diz: “... o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Em sua palestra sobre o princípio do desenvolvimento sustentável, Ferrari fala que a conceituação mais usada e aceita sobre Desenvolvimento Sustentável foi elaborada em 1987, pela então Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, no relatório Nosso Futuro Comum. A referida autora, lembra a definição básica do Desenvolvimento Sustentável, como “aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”. Já Fiorillo (2009), conceitua da seguinte maneira o princípio do Desenvolvimento Sustentável:

O princípio do sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e desenvolvimento reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição”. (Fiorillo, 2009 apud Ferrari, 2018).

Para Sirvinskas (2009), procura conciliar a proteção do meio ambiente com o



desenvolvimento sócio-econômico para que, mesmo em meio a tanta complexidade, ocorram formas de melhoria da qualidade de vida dos seres humanos. Nessa perspectiva, chama atenção no que toca à utilização racional dos recursos naturais não renováveis. Também conhecido como meio ambiente ecologicamente equilibrado ou ecodesenvolvimento. (Sirvinskas, 2009 *apud* Ferrari, 2018).

O autor ainda menciona que, devido ao fato de muitos críticos considerarem não existir uma forma exata que possa medir o princípio do desenvolvimento sustentável, a não ser que seja através do Produto Interno Bruto (PIB), a ONU criou, então, outra forma de medida que é o Índice de Desenvolvimento Humano, sendo este fundamentado em três pilares: expectativa de vida com saúde, acesso à educação / nível de escolaridade e renda mínima / vida digna. O referido princípio tem respaldo legal na Constituição, com o artigo 170, inciso VI, que no diz:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:  
(...) VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Brasil, Constituição Federal, 1988).

Nesse sentido, Fiorillo (2009), enfatiza a ideia principal de assegurar a existência digna, através de uma vida com qualidade. Com isso, o princípio não objetiva impedir o desenvolvimento econômico. Pois entende que a economia é importante para o crescimento do país, e na maioria das vezes, representa alguma degradação ambiental. Contudo, o que se procura é minimizá-la, pois pensar de forma contrária significaria dizer que nenhuma indústria que venha a deteriorar o meio ambiente poderá ser instalada e não é essa a concepção apreendida do texto. O correto é que as atividades sejam desenvolvidas lançando-se mão dos instrumentos existentes adequados para a menor degradação possível (Fiorillo, 2009 *apud* Ferrari, 2018).

A reflexão a ser feita a partir dessas construções é que mesmo o desenvolvimento sustentável entendido como a questão chave para manutenção da vida, ela ainda consegue ser menos importante do que os interesses do capital. O desenvolver predador existencial em nosso país, visa muitas vezes o surgimento de projetos de morte. Basta pensar nos grandes empreendimentos desastrosos espalhados pelo Brasil.

As consequências geradas nesses processos chamados de desenvolvimento, afeta as populações atuais, degrada o meio ambiente e compromete de forma assustadora a existência das futuras gerações. Dito isso, cabe aos pesquisadores/as não convencionais desse sistema, trazer elementos reflexivos sobre a importância de pensar alternativas viáveis de produção, de tecnologias sociais que dialoguem com os ecossistemas e, sobretudo, com as ditas minorias populares desse país.

Ainda sobre como vem se dando de fato o desenvolvimento sustentável, Nascimento (2012), declara que os modelos desenvolvimentista que prevalecem no mundo e que produzem ganhos importantes para o desenvolvimento humano por várias décadas, demonstraram sinais irrefutáveis de crise e configurações dos problemas ambientais, sendo esses ameaçadores dos grandes processos de desenvolvimento humano em médio e longo prazo.



Para Ribeiro (1992), se pensarmos o desenvolvimento ideologicamente, encontramos uma das noções mais inclusivas no senso comum e também na literatura especializada. Ele ressalta a sua importância no processo organizacional da sociedade e todas as relações envolvidas politicamente e economicamente. E ainda, alguns antropólogos a consideram não apenas como uma simples ideia, mas sim como uma grande religião secular inquestionável.

### **Políticas públicas**

Nesse sentido, também é importante refletir e potencializar o debate sobre o Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil. Para isso, vamos dialogar com Vieira *et al* (2010), o qual estabelece alguns subsídios para uma política de fomento. Percebe-se na referida publicação que vários autores e autoras tratam de trazer o debate sobre a questão territorial a fim de enfatizar a importância das políticas públicas destinadas aos territórios. Tratam de dialogar sobre as desigualdades sociais, as políticas que de alguma forma foram acessadas por territórios e com todas as suas complexidades foi possível uma implementação que contemplasse algumas bases existenciais.

Mesmo com a apropriação do termo pelo agronegócio, os territórios que realmente promovem o desenvolvimento sustentável calcado em princípios ecológicos, justos e que visam sobretudo a garantia da sustentabilidade de pequenas famílias, conseguiram ter visibilidade e produzir material para provar a relevância de seus sistemas.

Tentar entender como vai se dando a integração de vários sistemas locais nos possibilita continuar pautando políticas públicas que dialoguem com saberes ancestrais, no caso das comunidades eminentemente tradicionais do Brasil.

Sabe-se que as políticas públicas conquistadas no Brasil nos últimos dez anos, possibilitaram o crescimento das ações de fortalecimento da agricultura familiar. Essas políticas instigou uma maior organização no setor produtivo das comunidades fazendo a economia girar e colocando produtos agroecológicos na merenda escolar e na mesa de quem mais precisa. A modalidade construída de elaboração de editais destinados para um determinado segmento foi algo que também contribuiu para a sustentabilidade de várias comunidades. Os projetos foram direcionados especificamente para as comunidades quilombolas, no caso da Bahia, a exemplo do projeto Bahia Produtiva, no qual teve um edital no valor de nove milhões de reais destinados para todas as comunidades quilombolas reconhecidas e com CNPJ. O referido edital teve como finalidade selecionar 30 projetos. Esse tipo de projeto por mais que não contemple todas, tem uma grande importância, fortalecendo assim a economia local e regional dos territórios.

A sustentabilidade dos quilombos tem ligação direta com os processos de gestão, desde a construção de uma luta direcionada para a garantia de um território ancestral. A necessidade de se construir elementos pensando nas perspectivas passadas é justamente para que as ações sustentem-se buscando estabelecer laços que garantam elos para além do que se tem como alternativa no momento.

Todas as estratégias construídas para se garantir um território passam por lutas e



relações internas e externas a partir de parcerias que compreendem seu lugar enquanto sujeito de direito e como usar as ferramentas adequadas para se garantir avanços sociais no qual já deveria ter sido reconhecido pelo Estado. O desafio posto para que essas novas reflexões apontem alternativas viáveis para a construção de novas estratégias é muito grande. Mas isso vai se fortalecendo a cada pesquisa, a cada estudo concluído e aprovado pelas bases e pela própria academia.

### **Ressignificações**

Almeida (2008) fala dos diferentes processos de territorialização em curso e que devem ser objetos de reflexões. Com isso reforça a ideia da diversidade dos processos construtivos de estratégias que possibilitaram a manutenção de espaços de resistência. Quando reforçamos a ideia de que os quilombos não são estáticos e suas constantes transformações ao longo da história, é no intuito de tentar explicar a necessidade do que chamamos hoje de ressignificação de alguns espaços estabelecidos ancestralmente, mas que não ficaram parados no tempo.

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. As relações comunitárias nesse processo também se encontram em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva. A chamada “comunidade tradicional” se constitui nesta passagem. O significado de “tradicional” mostra-se, desse modo, dinâmico e como um fato do presente, rompendo com a visão essencialista e de fixidez de um território, explicado, principalmente, por fatores históricos ou pelo quadro natural, como se a cada bioma correspondesse necessariamente uma certa identidade (Almeida, 2008, p.118).

As mudanças ocorridas nas comunidades tradicionais vêm acompanhadas de reinvenções estratégicas as possibilidades de se manterem firmes em seus propósitos de (re) existência e manutenção das vidas no sentido completo do existir enquanto ambiente. E quando grupos étnicos se juntam para proteger um território, ele protege a vida humana, a natureza em todo seu conjunto de relações que os constituem enquanto seres.

A sociedade brasileira é marcada pelas desigualdades estruturais (fundiária, sociais, econômicas, raciais) que revela os caminhos construídos em torno de um projeto econômico com pouco encadeamento para a melhoria das condições de vida das populações pobres do campo, sobretudo do norte e nordeste. Dessa forma há uma lacuna grande que ocasionou a degradação de áreas agricultáveis e descapitalizou ou endividou agricultores e agricultoras. Em especial nas áreas de quilombos, situadas no semiárido brasileiro, esses efeitos se misturam com a vivência, com intempéries, devido à escassez de chuva, falta de recursos, além da exclusão social histórica. Isso se reflete diretamente na vida dos quilombolas, que enxergam na agricultura uma forma não somente de geração de renda, mas de organização e afirmação identitária. A construção de um projeto social mais autêntico, menos dependente e excludente, precisa se estabelecer no Brasil.



É extremamente importante que façamos uma reflexão a respeito das políticas públicas que chegam em nossas comunidades e qual a relação delas na perspectiva da sustentabilidade atrelada ao processo de inclusão produtiva quilombola. Algumas comunidades acessaram políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entre outros, que tem como objetivo fomentar a geração de renda das famílias quilombolas. Mas pensar a relevância da produção de forma sustentável é entender o passado, analisar o presente e propor ações viáveis, justas e sustentáveis para a geração futura.

Mesmo com o avanço a partir dessas políticas públicas, é preciso pensar que no passado o desenvolvimento e divulgação dos pacotes tecnológicos pela revolução verde trouxe uma série de consequências devido às práticas inadequadas, que não levaram em conta a preservação dos recursos naturais (solo, flora, fauna, mananciais de água), os saberes, fazeres e sabores populares e a cultura de várias comunidades tradicionais.

Partido dos pontos que aqui foram levantados, nos faz pensar o processo de reprodução social das comunidades quilombolas e a necessidade de entender como muitas dessas políticas influenciaram na dinâmica social, naquilo que se refere à organização das comunidades e sua continuidade a partir de uma lógica sustentável. Pois, devido ao modelo de produção no qual foi apresentado à sociedade brasileira, houve uma ruptura em várias estruturas que alavancaram a soberania alimentar, a partir de um contexto comunitário de vida. E procurar formas de trazer o conhecimento empírico em parceria com algumas tecnologias, é uma estratégia que nós, enquanto acadêmicos e filhos/as das comunidades quilombolas devemos adotar.

O desenvolvimento sustentável necessita de planejamento e da participação de todas as esferas da população. É necessário analisar cuidadosamente o quanto já gastamos dos recursos e quanto ainda nos resta. Devemos também compreender que os recursos naturais podem acabar e seu uso consciente é fundamental para não comprometer o nosso futuro enquanto espécie humana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A luta das comunidades quilombolas de Pau D'arco e Parateca é um exemplo de como a organização, resistência e perseverança podem levar à conquista de direitos e à proteção de territórios e tradições. A batalha iniciada nos anos 90 pela garantia do acesso às lagoas e à pesca se estendeu para a reivindicação do território como um todo, culminando na criação da Associação Agroextrativista das comunidades quilombolas. Mesmo diante das proibições impostas pelos fazendeiros e da vigilância dos jagunços, as comunidades mantiveram-se firmes em sua busca por justiça e igualdade.

A resistência dessas comunidades é um exemplo de como a luta pelo direito à pesca pode se transformar em uma luta pela terra, envolvendo a mobilização de diferentes atores sociais e a busca por apoio de organizações e movimentos em defesa dos direitos coletivos.



Atualmente, as lagoas continuam sendo fundamentais para a sustentabilidade das famílias quilombolas, que as utilizam não apenas para garantir seu sustento, mas também como fonte de renda e preservação de sua cultura.

O legado de resistência e organização deixado por essas comunidades é uma inspiração para as gerações futuras, mostrando a importância de valorizar e proteger as terras e tradições ancestrais. A luta pelo território e pelo direito à pesca é um reflexo da determinação e do compromisso das comunidades em defender o que é delas por direito.

Diante do exposto, é possível observar, que as comunidades quilombolas, em especial o Quilombo Pau D'arco e Parateca, têm se organizado e buscado estratégias para lidar com as adversidades e garantir a sustentabilidade de suas famílias. A resiliência, criatividade e sabedoria dessas comunidades são evidenciadas nas práticas de controle alternativo de pragas, na adaptação às mudanças climáticas e na busca por formas sustentáveis de produção.

É fundamental destacar a importância das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, como o PNAE, PAA e PRONAF, que têm contribuído para a geração de renda e o acesso a alimentos saudáveis. Contudo, é preciso repensar o modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro em detrimento da preservação ambiental e da qualidade de vida das comunidades.

A ressignificação dos territórios quilombolas, a partir da valorização dos saberes ancestrais e da integração de práticas sustentáveis, se mostra como uma alternativa viável para garantir a continuidade dessas comunidades e a preservação do meio ambiente. É necessário um olhar atento e cuidadoso para as questões ambientais e sociais, visando um desenvolvimento sustentável que respeite as futuras gerações e promova a justiça social.

## REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, M. C. **Dilemas do Conhecimento.** Disponível em <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/DILEMAS%20DO%20CONHECIMENTO%20-Conceicao%20Almeida(Bolivia).pdf. Acesso em 29/07/2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 24 novembro 2023.

FERRARI, A. **O princípio do desenvolvimento sustentável.** Disponível em <<https://www.linkedin.com/pulse/princ%C3%ADpio-do-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-amarildo-r-ferrari>> Acesso em 09/11/2023.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 10<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em <<https://www.linkedin.com/pulse/princ%C3%ADpio-do-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-amarildo-r-ferrari>> acesso em 16/05/2023.

GUEDES, L. M. **Estratégias de sobrevivência: O aprender com a resistência em comunidades Remanescente de Quilombolas.** 2000,42 p. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador 2000.



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA); UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA); UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). **Relatório de Identificação, Delimitação e Demarcação (RTID) da Comunidade Quilombola Parateca Pau D'Arco. Malhada, BA**, p. 07-39, 2006.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da Sustentabilidade: do ambiente ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados** 26 (74), 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yJnRYLWXSwyxqggqDWy8gct/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16/12/2023.

OLIVEIRA, O. M. de. **Projeto político de um território negro: memória, cultura e identidade quilombola em Retiro – Santa Leopoldina – ES**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologias e utopia no final do século XX. **Ci. Inf.**, Brasília, 21(1): 23-31, jan/abr, 1992.

SANTOS, T. R. **Entre terras e territórios luta na/pela terra, dinâmica e (re) configurações territoriais em Bom Jesus da Lapa (BA)**. 2017. 326 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de Direito Ambiental**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em <<https://www.linkedin.com/pulse/princ%C3%ADpio-do-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-amarildo-r-ferrari>> acesso em 16/12/2023.

TOLEDO, V. M.; BASSOLS, N. B. **A Memória Biocultural – A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VIEIRA, F.P. *et al.*, **2010 Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED: Secco, 2010.

## HISTÓRICO

**Submetido:** 30 de março de 2024.

**Aprovado:** 29 de abril de 2024.

**Publicado:** 31 de dezembro de 2024

## DADOS DO(S) AUTOR(ES)

### **Amilton Pereira dos Santos**

Quilombola da Comunidade Tomé Nunes - Malhada/BA e ativista da Educação Escolar Quilombola.

Doutorando em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB, Porto Seguro, Bahia - Brasil.

Rua Oswaldo Cruz, 71 - Bairro Areiaio, Porto Seguro - CEP 45810000

**ORCID::** <https://orcid.org/0000-0001-5414-8279>

**Lattes:** <https://lattes.cnpq.br/6400997915034511>

**E-mail::** [amiltonps471@gmail.com](mailto:amiltonps471@gmail.com)

### **Carlídia Pereira de Almeida**

Ativista e quilombola da Lagoa do Peixe – Bom Jesus da Lapa/BA. Mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB, Porto Seguro, Bahia – Brasil.



Bairro: Campos da Lagoa/ Bom Jesus da Lapa/BA. Cep: 47600 000

**Lattes:** <https://lattes.cnpq.br/6785105114671002>

**ORCID:** <https://orcid.org/0009-0009-9299-8587>

**E-mail:** [agronegraa@gmail.com](mailto:agronegraa@gmail.com)

#### **Michelle Oliveira de Matos**

Ativista da Educação Escolar Quilombola e membro do Coletivo Marilene Matos. Mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB. Travessa Professora Maria de Lourdes Brandão, 73. Bairro Lagoa Grande. Bom Jesus da Lapa-BA. CEP 47600-000

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5294880329401113>

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-1876-0369>

**E-mail:** [michelle.matos2022@gmail.com](mailto:michelle.matos2022@gmail.com)

#### **Valéria Pôrto dos Santos**

Ativista e quilombola de Pau D'arco e Parateca. Mestra - Universidade de Brasília - UnB, Distrito Federal. Endereço: Quilombo Pau D'arco e Parateca, Zona rural, Malhada- Ba.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7508445454137098>

**ORCID:** <https://orcid.org/0009-0009-9299-8587>

**E-mail:** [valeriapds18@yahoo.com.br](mailto:valeriapds18@yahoo.com.br)

#### **COMO CITAR O ARTIGO - ABNT**

SANTOS, P. A; ALMEIDA, C. P.; MATOS, M. P.; SANTOS, V. P. . Gestão territorial e a sustentabilidade de um quilombo: mudanças, estratégias de enfrentamento, ressignificações. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 13, n. 25, e12787, 2024.